

5 Considerações Finais

Ao abordar a questão da educação superior no Brasil, vários momentos históricos precisam ser desvelados para que se entendam os diversos contextos pelos quais esta passou até se chegar ao momento atual. Como educação, história, política, e economia estão interligadas, os acontecimentos em um setor alteram outras esferas. No caso da educação, os interesses políticos, os conflitos econômicos alteraram decisivamente o seu rumo, muitas vezes sem considerar o verdadeiro objetivo dela.

No decorrer da pesquisa, quando se buscou contextualizar o ensino superior, percebeu-se que as dimensões da universidade foram estruturadas a partir do modelo americano, considerado como modelo mais avançado de educação, porém os rumos tomados pela educação no Brasil se acomodaram às suas relações políticas e econômicas. Isso se dá porque a economia, a revelia do Estado, influencia a política, mesmo sendo o Estado o formulador de políticas públicas e sendo corpo privilegiado da regulação econômica.

Foi possível perceber que o país, em pleno governo militar, reafirmou a posição por uma educação superior não universalizada, voltada para a comunidade “preparada” para o ensino superior, qual seja, aqueles que conseguiam melhores resultados nos exames nacionais de ingresso na universidade.

Importante ressaltar que as condições políticas das décadas que sucederam ao golpe militar de 1964 não permitiram que a universidade trilhasse um caminho de liberdade, tendo em vista que por via dos aparelhos repressores/ideológicos do Estado qualquer movimento de mudanças na e para a sociedade era freado, havendo um controle social do governo, demonstrado através da repressão à universidade e ao seu ideário de formação.

Diante da globalização e com o modelo de regulação neoliberal que se consolidou no país a partir dos anos da década de 1990, interferindo de modo profundo nos estados nacionais, os papéis, as competências do estado e o modo de relacionar-se com os direitos de cidadania foram alterados.

Os cortes de verbas públicas para áreas sociais, o aprofundamento da política de privatização, as altas dos juros, ao longo do governo de FHC, sob a

orientação dos organismos internacionais foram medidas que intensificaram o desemprego e as desigualdades sociais. Nesse momento histórico, o Estado estava encarregado de financiar, em parceria com o setor privado, brasileiro e internacional, políticas que concedessem aos diversos setores o desenvolvimento de atividades antes exclusivas do Estado.

É neste conceito de atividades não exclusivas do Estado que o ensino superior vai se enquadrar, pois FHC concebeu a educação superior como uma reunião de instituições públicas e privadas.

O estudo da história apresenta a semente da privatização plantada de forma mais explícita na LDB de 1961 (Lei n. 4.024/61) e na Reforma Universitária de 1968 (Decreto 5.540/68), porém enfatiza que a Constituição de 1988 e a LDB de 1996 (Lei 9.394/96) é que vão estabelecer as bases legais e políticas para expansão da educação superior privada. Esses institutos legais dão forma às políticas neoliberais.

Apesar de a Reforma Universitária trazer o discurso da universalização do direito, democratização de acesso e justiça social, na realidade, pôde-se perceber que esta tem se apresentado bastante contraditória, o que pode ser evidenciado pela privatização, com uso de recursos não públicos para manter as instituições públicas e investindo recursos públicos nas IES privadas por meio de concessão de isenção fiscal.

Nesse contexto, poderia se pensar o ensino superior como possibilidade de ascensão e democratização de acesso, já que houve ampliação do número de vagas e as políticas educacionais, com as correlações de forças e as ideologias que as formulam, apresentavam uma relação entre Estado e sociedade como justa e igualitária. Porém, o que se evidencia é a configuração de investimento quantitativo, em que bastava criar instituições que pudessem ampliar os números de graduados. Em síntese, o que importava era a estatística.

O governo de Luís Inácio Lula da Silva dá continuidade à política de privatização, adotando novos instrumentos legais como a institucionalização do Decreto n. 4.914, de 11/12/2003, que concedeu autonomia aos centros universitários; o Decreto Presidencial n. 5.225, de 1/10/2004, que elevou os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs à categoria de Instituições de Ensino Superior; o Decreto Presidencial n. 5.245, de 18/10/2004, transformado na Lei n. 11.096/05 e alterada pelo Decreto Presidencial n. 5.493, de 18/07/2005,

que criou o Programa Universidade para Todos – ProUni; o Decreto Presidencial n. 5.622, de 19/12/2005, que regulamenta a educação à distância no Brasil e consolida a abertura do mercado educacional brasileiro ao capital estrangeiro; e o Decreto n. 5.773, de 9/05/2006, que estabelece normas para as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de ensino superior.

Essas medidas foram decisivas para a efetivação das matrículas e para o preenchimento das vagas nos institutos superiores, porém a diretriz estabelecida no Plano Nacional da Educação (PNE) não atinge os níveis de expectativa, pois o ensino superior não depende apenas das vagas ofertadas. É preciso considerar que há uma demanda prejudicada pelas condições de acesso – cuja origem pode ser falta de inclusão nos programas de bolsas de estudos, problemas de renda e pagamento das mensalidades.

Os debates sobre a democratização do acesso ao ensino superior e a política pública educacional têm se intensificado no Brasil e ganha espaços nas discussões acadêmicas e nas esferas públicas, repercutindo diretamente na vida de muitos brasileiros. Ainda assim, os direitos sociais que garantem aos cidadãos a participação na riqueza coletiva do país e em todas as necessidades básicas, dentre elas a educação, não têm se configurado como justiça social ou igualdade social, capaz de proporcionar uma democracia digna desse nome.

Desta forma, o acesso ao ensino superior no percurso histórico do povo brasileiro tem sido dificultado por inúmeros fatores, entre eles a desvantagem na formação escolar básica entre os ricos e os pobres. Esse fato faz com que os pobres não tenham o mesmo acesso às instituições públicas de ensino superior em função de seus estudos serem oriundos de uma escola primária e secundária inferior e com falta de recursos. Por isso, a reforma universitária deve priorizar investimentos na expansão da educação pública, gratuita e de qualidade como um direito universal da cidadania.

Não é possível discutir a democratização do acesso ao ensino superior, sem atrelá-lo ao contexto capitalista neoliberal no país, sem discutir a demanda de prioridades e políticas públicas voltadas ao acesso ao ensino superior ou, ainda, sem ter um claro entendimento de que os termos de acesso e democratização do ensino estão carregados de ambiguidades. Isto porque as práticas sociais movidas pelos projetos de assistência social, ou até mesmo pelo assistencialismo não conseguem sequer se instalar como medidas paliativas, já que os números, as

estatísticas estão acima da qualidade, da formação plena do indivíduo para que este se torne cidadão.

Desse modo, as políticas no ensino superior e seu discurso de acesso e democracia dependem de regulação para cumprir o que estabelece a legislação do ensino, para atender o mercado financiador, como atividade eficiente e eficaz, para formar o consumidor e cliente da educação e assim aparentar um equilíbrio de forças entre a entidade mantenedora, mercado e cliente, de modo que todos se apresentem “satisfeitos” com o desenvolvimento e a “responsabilidade social”.

As políticas públicas educacionais, no caso do presente estudo, o ProUni, têm ampliado o acesso ao ensino superior, mas ainda é preciso refletir a efetividade dos programas vinculados à ideia de instrumentos de democratização, uma vez que a camada de baixa renda não necessita apenas de gratuidade integral ou parcial para se manter no ensino superior, mas de condições outras que possivelmente o setor público pode oferecer.

Na análise da pesquisa de campo, um fato a destacar no que diz respeito à permanência dos alunos entrevistados no curso de Pedagogia, foi a falta de base dos alunos para acompanhar algumas disciplinas, principalmente no caso daqueles que pararam os estudos há muito tempo. Nas entrevistas realizadas com os bolsistas, detectaram-se várias questões que emperram a sua permanência no Curso. As principais questões pontuadas pelos alunos foram: dificuldades financeiras enfrentadas pelos mesmos, para custear despesas inerentes ao curso tais como, transporte, aquisição de material didático e alimentação; dificuldades para realizar trabalhos de campo e outras situações intersubjetivas decorrentes da sua situação de sujeito de baixa renda.

Podemos considerar que o ProUni é um processo ainda em construção que apresenta grande fragilidade na questão da permanência, mas, de acordo com a fala presente em todos entrevistados, tem garantido o acesso a educação superior. Esse acesso ao ensino superior privado de estudante de baixa renda, que vive-do-trabalho, precisa ser acompanhada de ações que garantam a permanência. Nesse sentido, entende-se ser importante superar-se essa questão, uma vez que os direitos educacionais estão garantidos constitucionalmente. Há, portanto urgência em tornar a democratização do ensino e garantia de permanência uma bandeira de luta a ser erguida por todos os que entendem o que de fato é democratização de ensino.

As políticas públicas educacionais têm ampliado o acesso ao ensino superior, mas ainda é preciso refletir a efetividade dos programas vinculados à ideia de instrumentos de democratização, uma vez que a camada de baixa renda não necessita apenas de gratuidade integral ou parcial para manter-se no ensino superior, mas de condições outras que, possivelmente, o setor público pode oferecer.